



NOTA INFORMATIVA DE
PRIVACIDADE

Dezembro de 2023
Versão 1.1

PROCEDIMENTO DE DENÚNCIA DE
IRREGULARIDADES

ANEXO C
INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSAMENTO DE DADOS
PESSOAIS

De acordo com os artigos 13 e 14 do Regulamento (UE) 2016/679
EM RELAÇÃO À "DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES

1) PREÂMBULO

As empresas do Grupo Almaviva mencionadas no parágrafo 1) abaixo desta nota informativa (doravante denominadas brevemente como a "Empresa"), em relação às suas obrigações nos termos do Decreto Legislativo n. 24 de 2023 e Decreto Legislativo n. 231 de 2001, pretendem fornecer, em seu papel de Controladores de dados pessoais e cada um dentro de sua própria esfera de competência, a seus funcionários, parceiros, clientes, fornecedores, consultores, colaboradores e, de forma mais geral, a qualquer pessoa que esteja em uma relação de interesse com as Empresas, as informações específicas sobre o processamento de dados pessoais que são necessárias com referência às denúncias transmitidas através da caixa de denúncias de irregularidades, de acordo com o art. 13 do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu ("GDPR") e as regras sobre a proteção de dados pessoais estabelecidas no Decreto Legislativo n. 196/2003, conforme modificado pelo Decreto Legislativo n. 101/2018 ("Código de Privacidade").

No restante deste aviso, a menos que especificado de outra forma, é feita referência às definições do art. 4 do Regulamento (UE) 2016/679.

2) EMPRESAS CONTROLADORAS DO PROCESSAMENTO

Os controladores de dados são as seguintes empresas:

Empresa	Detalhes de contato do titular	Detalhes de contato da pessoa responsável Proteção de dados¹
Almaviva S.p.A.	Almaviva S.p.A. via Casal Boccone 188/190 – 00137 Roma	DPO.GrupoAlmaviva@almaviva.it
Almaviva Contact S.p.A.	Almaviva S.p.A. via Casal Boccone 188/190 – 00137 Roma	DPO.GrupoAlmaviva@almaviva.it
ALMAWAVE S.p.A.	Via di Casal Boccone 188/190 - 00137 Roma	DPO.GrupoAlmaviva@almaviva.it
Lombardia Gestione S.r.l.	Via dei Missaglia, 97 - ed. B4 - 20142 Milão	DPO.GrupoAlmaviva@almaviva.it
Reactive S.r.l.	Via dei Missaglia, 97 - 20142 Milão	DPO.GrupoAlmaviva@almaviva.it
Kline S.r.l.	Via Giacomo Puccini, 5 - 20121 Milão	DPO.GrupoAlmaviva@almaviva.it
Almaviva Digitaltec S.r.l.	Via F. Lauria Centro Direzionale Island F8 - 80143 Nápoles	DPO.GrupoAlmaviva@almaviva.it
Sadel S.p.A.	Via Marino Serenari, 1 - 40013 Castel Maggiore (Bo)	DPO.GrupoAlmaviva@almaviva.it
The Data Appeal Company SpA	Via del Tiratoio 1 - 50124 Florença	DPO.GrupoAlmaviva@almaviva.it
Wedoo S.r.l.	Corso Francia, 9 - 10138 Turim	
B.M. Tecnologie Industriali S.p.A. Empresa Benefit	Via dell'Industria, 12 –35030 Pádua	

¹ Onde nomeado

3) FONTE DE DADOS

Os dados são adquiridos diretamente com sua "Denúncia" por meio da:

- transmissão por correio em um envelope confidencial fechado endereçado ao Gerente de Denúncias de irregularidades, na sede registrada da Empresa relevante
- envio por meio da plataforma mencionada no link publicado no site corporativo e na intranet corporativa
- enviados para o endereço de e-mail específico indicado na tabela abaixo:

Empresa	Endereço de email específico
Almaviva S.p.A.	whistleblowing@Almaviva.it
Almaviva Contact S.p.A.	whistleblowing_almavivacontact@almaviva.it
Almawave S.p.A	whistleblowing@almawave.it
Lombardia Gestione S.r.l.	whistleblowing_Lombardiagestione@almaviva.it
B.M. Technologie Industriali S.p.A. Empresa Benefit	whistleblowing_BMtechnologie@almaviva.it
Reactive S.r.l.	whistleblowing@reactive-almaviva.it
Kline S.r.l.	whistleblowing@kline.it
Almaviva Digitaltec S.r.l.	whistleblowing_Digitaltec@almaviva.it
Sadel S.p.A.	whistleblowing@sadel.it
The Data Appeal Company S.p.A	whistleblowing_thedataappeal@almaviva.it
Wedoo S.r.l	whistleblowing_wedoo@almaviva.it

4) CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS E FINALIDADE DO PROCESSAMENTO

O recebimento e o tratamento de denúncias dão origem ao processamento de dados pessoais relacionados ao denunciante, incluindo principalmente detalhes pessoais e de contato e, possivelmente, dependendo do conteúdo da denúncia, a terceiros.

A denúncia também pode incluir dados pessoais referentes às pessoas indicadas como possivelmente responsáveis pela conduta ilegal, bem como às pessoas envolvidas nos eventos denunciados em várias capacidades. Dentro do canal de denúncias, os dados pessoais relacionados a outros titulares de dados podem ser processados, como dados de terceiros fornecidos pelo denunciante ou dados pessoais relacionados à pessoa denunciada.

Os Controladores de Dados processarão os dados fornecidos pelo denunciante a fim de representar a suposta conduta ilícita da qual tomou conhecimento, com o objetivo de realizar as atividades investigativas necessárias para verificar a justificativa do fato denunciado e a adoção das medidas consequentes.

O processamento em questão implica o fornecimento - pessoalmente ao Gerente, enviando uma denúncia - de dados pessoais, código fiscal, dados de contato e, quando apropriado, dados sobre qualificação profissional, bem como dados e informações adicionais relacionados à conduta ilegal relatada.

Os dados fornecidos serão processados exclusivamente para a investigação da denúncia de acordo com a legislação de denúncias.

Para garantir a confidencialidade da pessoa que faz a denúncia durante todo o período de sua gestão, a identidade da pessoa que faz a denúncia será conhecida apenas pelo Gerente e, quando apropriado, por quaisquer outras pessoas previamente autorizadas a quem ele possa recorrer durante a fase de instrução. O Gerente é nomeado como processador ou controlador de dados, dependendo se uma parte interna ou externa à organização da empresa é identificada, respectivamente.

Com exceção dos casos em que a responsabilidade por calúnia e difamação pode ser incorrida de acordo com as disposições do Código Penal ou do art. 2043 do Código Civil e nos casos em que a confidencialidade não pode ser imposta por lei (por exemplo, investigações criminais, tributárias ou administrativas), a identidade do denunciante é protegida em qualquer contexto posterior à denúncia. Portanto, sujeito às exceções mencionadas acima, a identidade do denunciante não pode ser divulgada sem seu consentimento expresso, e todos aqueles que recebem ou estão envolvidos no tratamento da denúncia são obrigados a proteger a confidencialidade de tais informações.

5) BASE LEGAL PARA O PROCESSAMENTO

Para os fins mencionados acima, a base de legitimidade do processamento dos Dados Pessoais fornecidos é representada por:

- a) seu consentimento específico nos termos do art. 6, par. 1(a) e art. 9, par. 2(a) do GDPR, que você pode tornar conhecido antes de enviar a denúncia, no Formulário de Denúncia disponibilizado pelos Controladores de Dados e publicado no site das Empresas
- b) o interesse legítimo dos Titulares, de acordo com o art. 6(1)(f) do GDPR, que, tendo tomado conhecimento da denúncia enviada por você, pretende garantir e preservar os interesses da empresa;
- c) a necessidade de cumprir obrigações legais às quais os Controladores de Dados estão sujeitos (em particular, o art. 4 e seguintes do Decreto Legislativo n. 24 de 2023 e art. 6, co. 2 bis et seq. do Decreto Legislativo n. 8 de junho de 2001, n. 231)
- d) a necessidade de averiguar, exercer ou defender um direito em um tribunal.

6) MODO DE PROCESSAMENTO

O processamento dos Dados Pessoais será realizado - de acordo com os princípios de correção, legalidade e transparência - por meio de suportes e/ou instrumentos informáticos, manuais e/ou telemáticos, com lógicas estritamente relacionadas às finalidades do processamento e, em todo caso, garantindo a confidencialidade e a segurança dos dados e o cumprimento das obrigações específicas estabelecidas por lei, e poderá consistir em qualquer uma das operações indicadas no art. 4, ponto 2, do GDPR (coleta, registro, organização, estruturação, armazenamento, adaptação ou modificação, extração, consulta, uso, comunicação por transmissão, comparação, restrição, exclusão, destruição) com a exclusão da disseminação, sem prejuízo de qualquer obrigação legal.

A disponibilidade, o gerenciamento, o acesso, o armazenamento e a usabilidade dos dados são garantidos pela adoção de medidas técnicas e organizacionais para garantir níveis adequados de segurança, de acordo com o art. 32 do GDPR.

7) PRAZOS DE ARMAZENAMENTO

Os Dados Pessoais, em conformidade com o princípio de minimização estabelecido no Artigo 5(1)(c) do GDPR, bem como com as obrigações legais às quais os Controladores de Dados estão vinculados, serão retidos pelo tempo necessário para processar e investigar uma denúncia ou, se aplicável, pelo tempo necessário para decidir e aplicar sanções ou outras medidas ou, em qualquer caso, não mais do que cinco anos (art. 14 do Decreto Legislativo n. 24 2023).

Os dados pessoais que claramente não são úteis para o processamento de uma denúncia específico não são coletados ou, se coletados acidentalmente, são excluídos imediatamente.

Em qualquer caso, se forem instaurados processos judiciais ou disciplinares, os dados pessoais fornecidos serão retidos até o encerramento final de tais processos; se, por outro lado, tais processos não forem instaurados, os dados pessoais relevantes serão retidos por no máximo 30 dias após a conclusão da investigação, exceto nos casos em que os dados pessoais devam ser retidos de acordo com as leis aplicáveis.

Após esse período, os dados podem ser retidos para fins de arquivamento, com acesso limitado, com o único propósito de defesa legal de quaisquer disputas com a pessoa em questão.

8) COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O processamento é realizado por pessoas especificamente autorizadas pelos Controladores de Dados e em conformidade com o art. 29 do GDPR.

O processamento dos dados pessoais será realizado exclusivamente pelo Gestor, utilizando procedimentos, inclusive informatizados, para garantir a confidencialidade da identidade do declarante e do conteúdo das denúncias e da documentação pertinente, adotando medidas técnicas e organizacionais adequadas para protegê-los contra acesso não autorizado ou ilegal, destruição, perda de integridade e confidencialidade, ainda que acidental.

Seus Dados Pessoais não serão divulgados, exceto quando a divulgação ou disseminação for exigida, de acordo com a lei, por entidades públicas para fins de defesa ou segurança ou para a prevenção, investigação ou acusação de infrações penais.

No desempenho de suas atividades e para a consecução das finalidades estabelecidas no parágrafo 3, os Controladores de Dados poderão divulgar seus Dados Pessoais a terceiros, em conformidade com as regras estabelecidas no Regulamento e na Provisão acima mencionada, tais como:

- Quaisquer fornecedores e consultores, que normalmente atuam como controladores de dados, de acordo com o art. 28 do GDPR, incluindo, a título de exemplo, também os órgãos de controle dos

Controladores que atuarão como Controladores autônomos

- Autoridades competentes (por exemplo, instituições e/ou autoridades públicas, autoridades judiciais e órgãos policiais) que fizerem uma solicitação formal; nesse caso, a comunicação dos dados é necessária para cumprir uma obrigação legal.

Seus dados pessoais não serão transferidos para países fora da União Europeia, exceto nos termos da garantia prevista em lei.

A lista completa e atualizada dos destinatários dos dados pode ser solicitada aos Controladores de Dados nos endereços mencionados acima.

9) DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS E MÉTODOS DE EXERCÍCIO

De acordo com os artigos 15 a 22 do GDPR, como titular dos dados, você tem o direito de:

- obter confirmação dos Controladores de Dados sobre se os dados pessoais que lhe dizem respeito estão ou não sendo processados e, em caso afirmativo, obter acesso aos seus dados, bem como, se os dados não forem coletados do titular dos dados, receber todas as informações disponíveis sobre sua origem
- conhecer as finalidades do processamento, as categorias de dados em questão, os destinatários ou categorias de destinatários aos quais os dados foram ou serão divulgados, o período de retenção de dados previsto ou os critérios usados para determinar esse período
- solicitar ao Controlador de Dados que exclua os dados ou restrinja o processamento dos dados que lhe dizem respeito
- opor-se ao processamento dos seus dados, sem prejuízo do direito dos Controladores de Dados de avaliar sua solicitação, que poderá não ser aceita se houver motivos legítimos e convincentes para o processamento que se sobreponham aos seus interesses, direitos e liberdades
- solicitar a portabilidade dos dados, nos casos previstos em lei.

Deve-se observar também que, de acordo com o art. 2, parágrafo 1, letra f) do Decreto Legislativo nº. 101/2018, os Controladores garantem a confidencialidade de sua identidade.

Esses direitos podem ser exercidos por meio de uma solicitação endereçada a servizioprivacy@almaviva.it.

Os direitos mencionados nos artigos 15 a 22 do Regulamento (UE) 2016/679 podem ser exercidos dentro dos limites das disposições do artigo 2undecies do Decreto Legislativo de 30 de junho de 2003, no. 196. (consulte o art. 13(2) do Decreto Legislativo n. 24 de 2023).

Os titulares de dados que considerarem que os dados pessoais relacionados a eles estão sendo processados em violação às disposições do Regulamento também têm o direito de apresentar uma reclamação à Autoridade de Proteção de Dados, conforme previsto no art. 77 do próprio Regulamento, ou para tomar medidas legais apropriadas (Art. 79 do Regulamento).